FIs 01/24

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 Processo nº 29/2017 Edital nº 13/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ torna público que se encontra aberta nesta unidade, à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, do tipo MENOR PREÇO, SUBMETIDO A LANCES que será processada e julgada pela Pregoeira Sra. LUANA SILVÉRIO ALVES PASSOS e equipe de apoio, designados pela Portaria nº20/2016.

Este certame será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele são parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.



FIs 02/24

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na data de **11 de agosto de 2017, às 9h,** (horário de Brasília), no Auditório da Câmara Municipal de Jacareí, situada na Praça dos Três Poderes, nº 74, Centro, neste Município.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo II deste Edital.

1.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Aviso de Licitação

Anexo II – Termo de Referência

Anexo III – Procuração

Anexo IV – Declaração de EPP

Anexo V – Declaração Condições Habilitatórias

Anexo VI – Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo VII – Proposta

Anexo VIII – Declaração em Atendimento ao Art. 7º da Constituição Federal

Anexo IX – Minuta Contratual

Anexo X - Declaração para Contrato

Anexo XI – Manifestação de Interesse

Anexo XII – Valor Estimado

2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

PRO PRINTED IN A SET HONORE

FIs 03/24

- 2.1. haja interesse na participação na presente licitação, solicitamos o preenchimento da manifestação de interesse - Anexo XI e o seu encaminhamento ao Setor de Licitações da Câmara Municipal de Jacareí, através do e-mail luana.silverio@jacarei.sp.leg.br, para que possa receber eventuais comunicados acerca do Edital e demais informações que se fizerem necessárias.
- **2.2.1.** Consideram-se Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas à participação no presente certame aqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.
- **2.2.** As licitantes que desejarem participar do Pregão deverão entregar à Pregoeira, até o horário estipulado no preâmbulo deste Edital, 2 (dois) envelopes opacos fechados, um deles contendo a **PROPOSTA** e o outro a **DOCUMENTAÇÃO**, em cujas faces externas deverão constar as seguintes informações:

À CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ	
A/C.: Pregoeira Sra. LUANA SILVÉRIO ALVES PASSOS	
PREGÃO nº 10/2017	
ENVELOPE 1 – PROPOSTA	
NOME DA EMPRESA:	
REPRESENTANTE LEGAL:	

À CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
A/C.: Pregoeira Sra. LUANA SILVÉRIO ALVES PASSOS
PREGÃO nº 10/2017
ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO
NOME DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL:

2.3. As licitantes que desejarem enviar seus envelopes por via postal (com AR, Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste Edital, aos cuidados da Pregoeira, Sra. Luana Silvério Alves Passos, colocando os **Envelopes nº 01 –**

THE PROPERTY AND THE THOMPHE

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 04/24

Proposta e nº 02 – Documentação, devidamente identificados como consta no item 2, dentro de um único envelope, bem como a Declaração de EPP (Anexo IV), se for o caso, e a Declaração de Condições Habilitatórias (Anexo V) devidamente assinadas por representante legal e cópia autenticada do contrato social da empresa com todas as suas alterações ou consolidado. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que tenham por objeto social atividade compatível e condizente com seu objeto;

- **2.4.** Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após a fase de credenciamento das licitantes.
- **2.5.** Não poderão participar as interessadas que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jacareí.
- **2.6.** A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da LC nº123/2006, alterada pela LC nº 147/2014, poderá caracterizar o crime de falsidade ideológica, previsto no Artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação de sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

- 3.1. Os documentos descritos nos termos dos itens 3.2. a 3.7. (procuração, contrato social, declaração de condições de habilitação), e declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte ("7.2.11") deverão ser apresentados à Pregoeira fora dos envelopes 01 e 02, juntamente com documento de identidade com foto que identifique o representante legal da empresa.
- **3.2.** As licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira por meio de um(a) representante, devidamente munido(a) de **procuração** que o(a) nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da empresa, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 05/24

preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame (ANEXO III).

- **3.3.** A procuração, se feita por instrumento particular, deverá estar com firma reconhecida, bem como acompanhada de documentação que comprove que o outorgante tem competência para delegar poderes.
- **3.4.** Em se tratando de instrumento público, bastará apresentação do traslado ou cópia autenticada.
- **3.5.** No caso de sócio-proprietário da empresa, deverá ser apresentada cópia do contrato social com todas as suas alterações, ou consolidado, onde conste o nome do representante legal com os respectivos poderes.
- **3.6.** Será indeferido o credenciamento do representante sempre que não forem apresentados os documentos necessários à sua correta identificação ou quando for verificado que não possui poderes suficientes para praticar atos no decorrer da sessão.
- **3.7.** Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme (**ANEXO V**).
- **3.8.** Não serão considerados os envelopes apresentados depois do prazo indicado no preâmbulo, bem como os entregues a tempo, porém, em local diferente do determinado.
- **3.9.** As licitantes far-se-ão representar nas sessões por apenas 01 um (a) procurador(a) ou pessoa expressamente credenciada.
- **3.10.** As licitantes que encaminharem seus envelopes via postal, caso não se façam representar durante a sessão de lances verbais, ficarão impossibilitadas de praticar os atos descritos no **item 3.2**.

4. DA PROPOSTA (Conteúdo do envelope 1)

4.1. No **envelope 1 – Proposta** (ver item 2.3) deverá estar a **Declaração de Elaboração Independente da Proposta (ANEXO VI)** e a **Proposta (ANEXO VII)**, a qual deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, sendo seus valores monetários expressos em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas,

TO SHILLS HARM I SOLIT HOUSE

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 06/24

emendas, rasuras, entrelinhas, ou no próprio formulário que integra o presente Edital. Suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal.

- **4.2.** Deverão constar na proposta:
- **4.2.1** O valor unitário e total, expressos em reais, com duas casas decimais;
- **4.2.2** Nome (identificação) da licitante, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP e n.º do CNPJ/MF;
- **4.2.3** Validade da proposta, que será de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes;
- 4.2.4 <u>Os funcionários da contratada deverão ser disponibilizados para o início da prestação de serviços no dia útil seguinte à data de aprovação da documentação de admissão dos mesmos;</u>
- **4.2.5** O valor da proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação, como por exemplo impostos, taxas, frete, mão de obra, encargos etc;
- **4.2.6** Deverão ser consideradas no Anexo VII (Proposta) todas as especificações e exigências quanto ao objeto da licitação, conforme consta do Anexo II (Termo de Referência).
- **4.3.** A despesa total foi estimada em **R\$ 1.920.000,00 (um milhão, novecentos e vinte mil reais)**, sendo este o valor máximo aceitável pela Administração, conforme Anexo XII.
- **4.4.** A licitante, ao ofertar sua proposta, automaticamente expressará plena concordância com:
- **4.4.1.** A aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus Anexos;
- **4.4.2.** A fixação do preço apresentado, sendo, portanto, irreajustável e devendo abranger todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e gastos com transporte), não havendo possibilidade de qualquer reajuste;
- **4.5.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do PREGÃO;

5. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES



PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 07/24

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, respeitado o percentual previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei 8666/93 e alterações.

6. <u>DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>

- **6.1.** No dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo do presente Edital, a Pregoeira receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas comerciais (envelope 1) e os documentos (envelope 2) exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste PREGÃO e conter externamente as informações constantes do item **2.3** deste Edital.
- **6.2.** Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade destas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- **6.3.** É facultado à Pregoeira, para a adequada análise e julgamento das propostas, consultar técnicos ou especialistas na área do objeto desta licitação, sendo vedada a inclusão de novos documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.
- **6.4.** Será, então, selecionada pela Pregoeira a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores a 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.
- **6.5.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ele selecionadas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- **6.6.** Às licitantes selecionadas na forma dos itens "6.4" e "6.5" será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.
- **6.7.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta que oferecer menor preço em relação ao orçado pela Administração, bem como sua exequibilidade.

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 08/24

- **6.8.** Se os valores de 02 (duas) ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.
- **6.9.** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.
- **6.10.** Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, podendo a Pregoeira negociar com as licitantes visando a estabelecer um intervalo razoável entre os lances ofertados.
- **6.11.** Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o menor preço.
- **6.12.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pela Pregoeira, implicará exclusão da licitante apenas da etapa de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa.
- **6.13.** Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.
- **6.14.** A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este Edital e seus Anexos, e decidirá motivadamente a respeito.
- **6.15.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **6.16.** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente da licitante classificada em primeiro lugar.
- **6.17.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, e não havendo manifestação de recurso por parte das outras licitantes, lhe será adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- **6.18.** Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva proponente declarada vencedora, e não havendo manifestação de recurso por parte das outras licitantes lhe será adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- **6.19.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e esta, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 09/24

7. DA DOCUMENTAÇÃO (Conteúdo envelope 2)

7.1. Os documentos apresentados por meio de cópia produzida por qualquer processo de reprodução, deverão ser autenticados por cartório competente ou pela Sra. Pregoeira até 30 (trinta) minutos antes do credenciamento, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93. Os documentos emitidos pela internet ou os publicados em órgão da Imprensa Oficial serão considerados autênticos.

7.2. Deverão ser apresentados no Envelope 2 – Documentação:

• REGULARIDADE JURÍDICA:

- **7.2.1.** Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Registro Empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- **7.2.2.** Cópia da cédula de identidade e do CPF/MF de seu(s) representante(s) legal(is), apto(s) para representá-la;

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 7.2.3. Certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- **7.2.4.** Cópia do comprovante de sua regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.2.5. Cópia da Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;
- **7.2.6.** Prova de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal;
- **7.2.7.** Prova de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual;
- **7.2.8.** Prova de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários);
- **7.2.9.** Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS:

FIs 10/24

7.2.10. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440/11);

7.2.11. Balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que poderá ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação de propostas, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, onde deverá estar evidenciada a boa situação financeira da empresa licitante(o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, acompanhado dos correspondentes termos de abertura e encerramento dos livros fiscais).

a) Situação Financeira, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) de análise de Balanço. Todos os índices analisados deverão ser maiores que 01 (um) para habilitar-se, conforme Art.: 7.2 da IN/MARE 05/95. A aferição deste item poderá ser feita utilizando-se a fórmula abaixo:

> Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo LG =Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Circulante LC =

> > Passivo Circulante

- **7.2.12.** As Demonstrações Contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade;
- Caso os índices de análise de Balanço sejam insuficientes, a empresa poderá 7.2.12.1. apresentar Comprovante de Capital Social Integralizado mínimo de 10% (dez por cento) do valor do objeto deste certame;
 - 7.2.12.2. Os índices deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa e devidamente assinado pelo contador responsável;



PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 11/24

• DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

7.3. Comprovação de aptidão da empresa para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, através de declaração/atestado fornecida(o) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

DECLARAÇÕES:

- **7.4.** Declaração em papel timbrado, assinada pelo responsável pela empresa, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (ANEXO VIII);
- **7.4.1.** Declaração, no caso de empresa de pequeno porte, de que cumpre os requisitos legais necessários para a obtenção do tratamento favorecido, com base nas condições estabelecidas no art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006 e no Decreto Federal n° 8.538/2015. (ANEXO IV)
- **7.4.2.** Declaração de Condições Habilitatórias, em papel timbrado, assinada pelo responsável pela empresa (ANEXO V):
- **7.4.3.** Declaração de Dados para Elaboração do Contrato, em papel timbrado, assinada pelo responsável pela empresa (ANEXO X), sendo que quando não se tratar do(s) próprio(s) representante(s) da empresa, nos termos do Contrato Social, além da declaração supra, deverá ser apresentada também **procuração** específica com poderes ao representante legal para formalização do CONTRATO;
- **7.4.4.** Declaração de que a licitante possui pessoal técnico e adequado, que reúna condições de atender ao objeto ora licitado;
- **7.4.5.** A falta de apresentação dos documentos especificados no item "**7.5.3**" não inabilitará a licitante, implicando tão somente que o CONTRATO a ser formalizado com a vencedora será confeccionado em nome do(s) representante(s) legal(is) da empresa.
- **7.5.** Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (Matriz ou Filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela Matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio e estar vigente à época da abertura do envelope.
- **7.6.** Será verificada durante a análise da documentação dos licitantes vencedores, pela Comissão de Pregão/Licitação, em sessão pública, por meios eletrônicos, a inexistência de

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 12/24

registros de sanções administrativas, pelo *website* <u>http://www.sancoes.sp.gov.br/</u>. Constatada alguma irregularidade, o licitante será inabilitado.

7.7. As certidões que não tiverem validade expressa serão aceitas apenas as emitidas até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de abertura dos envelopes.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. As empresas caracterizadas como empresas de pequeno porte (EPP), que

pretendem participar da presente licitação, deverão apresentar declaração nos termos do

item "7.2.12" deste Edital e farão jus aos benefícios da Lei Complementar nº123, de 14 de

dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte),

regulamentada pelo Decreto Federal nº nº 8.538/2015.

8.2. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão

apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal,

mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado

o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o

proponente (EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a

critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito

de negativa.

8.2.2. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior

implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo

81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os proponentes

remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a

licitação.

9. DAS CONDICÕES DE PAGAMENTO

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 13/24

9.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Câmara Municipal de Jacareí,

através de boleto, depósito ou transferência bancária, em até 5 (cinco) dias úteis

posteriores ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura e autorização do Departamento

Requisitante:

9.2. O pagamento será efetuado apenas e tão somente se forem apresentados os

seguintes documentos, relativos ao último mês fiscal:

9.2.1. Cópia dos respectivos cartões de ponto ou comprovantes de frequência;

9.2.2. Demonstrativos dos vencimentos mensais (holerith) pagos aos funcionários da

contratada e comprovantes do efetivo pagamento;

Cópia dos comprovantes de recolhimentos dos depósitos relativos ao FGTS, 9.2.3.

relativos aos funcionários designados pela empresa para prestarem os serviços contratados;

Cópia dos comprovantes de recolhimentos das contribuições devidas ao INSS,

relativos aos funcionários designados pela empresa para prestarem os serviços contratados;

9.2.5. Cópia do comprovante de fornecimento ou não do vale-transporte;

9.3. Constitui, ainda, condição prévia para pagamento, a quitação de todos os direitos

trabalhistas remanescentes da licitante para com seus funcionários;

9.4. Os preços contratados terão seus valores fixados em reais, não comportando

reajuste;

9.4.1. Ao se constatarem erros ou rasuras na Nota Fiscal ou Fatura de serviços, não

ocorrerá a incidência de correção monetária, juros ou multas, até que sejam efetuadas as

devidas correções;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 14/24

9.5. O atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE implicará o acréscimo de juros

compensatórios à fração de 0,033% ao dia, salvo a incidência no item 9.2.1, que desobriga o

pagamento de correção monetária, juros ou multas pela CONTRATANTE;

9.6. As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação serão suportadas

pelas seguintes dotações orçamentárias: 01.01.01.031.001.2003.3.3.90.39.00.

10. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. Declarado vencedor. qualquer licitante poderá manifestar imediata 0

motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do art. 4.º

da Lei n.º 10.520/02;

O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de

aproveitamento;

10.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no

Setor de Licitações da Câmara Municipal de Jacareí, das 8h às 12h e das 14h às 16h, local

e horários nos quais também deverão ser protocolados os memorais de possíveis recursos;

A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do 10.4.

direito de recurso, resultando na adjudicação do objeto à vencedora.

11. DA CONTRATAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

11.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a assinatura do CONTRATO

(Anexo IX) em estrita conformidade com o disposto em lei, e dele farão parte este

instrumento convocatório e a proposta vencedora, bem como quaisquer outros documentos

integrantes do procedimento licitatório;

11.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da

assinatura, sendo sua eficácia condicionada à publicação oficial deste contrato, produzindo

seus efeitos até o cumprimento de todas as obrigações assumidas, podendo ser prorrogado,

mediante Termo Aditivo, até o limite previsto no Inciso II do Artigo 57 da Lei Federal nº

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 15/24

8.666/93, com reajuste de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

ou, na ausência deste, outro índice oficial;

11.3. Regularmente convocada para assinar o CONTRATO, à adjudicatária cumprirá fazê-

lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o qual sua omissão caracterizará não

atendimento do prazo de assinatura contratual, sujeitando-a à penalidade contida no

disposto no §1º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como àquela do Art. 3º, I, do Ato

da Mesa nº 05/2016, que estabelece multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 30%

(trinta por cento) incidente sobre o valor da obrigação não cumprida e tomando por base a

proposta apresentada e ainda às demais penalidades previstas na referida Lei e alterações

posteriores;

11.4. Os funcionários da contratada deverão ser disponibilizados para o início da

prestação de serviços no dia útil seguinte à data de aprovação da documentação de

admissão dos mesmos;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os serviços licitados e respectivas exigências compreendem:

a) os serviços devem ser executados de acordo com as orientação da Secretaria de

Comunicação da TV Câmara, ou de outro profissional indicado pela autoridade superiora;

b) o horário de trabalho será definido pela Secretaria de Comunicação da TV Câmara,

ou por outro profissional indicado pela autoridade superiora, conforme demanda de serviços

da TV Câmara Jacareí, respeitadas as horas contratadas por este instrumento e seus

acréscimos legais;

c) os serviços deverão, obrigatoriamente, ser executados por profissionais

capacitados, devidamente uniformizados e identificados, portando crachá de identificação,

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 16/24

com foto, emitido pela licitante vencedora, no qual deverá constar: nome, RG do(a)

empregado(a) e razão social da empresa;

d) à Câmara Municipal de Jacareí, reserva-se o direito de solicitar, a seu critério, as

substituições dos profissionais que não estiverem executando a contento os serviços

contratados, independentemente de qualquer justificativa;

a contratada deverá apresentar, em até 03 (três) dias após assinatura do e)

contrato, a relação de todos os profissionais que atuarão junto à TV Câmara Jacareí, os

quais terão seus currículos avaliados e serão submetidos à entrevista e testes coordenados

pela Secretaria de Comunicação da TV Câmara e somente estarão aptos a serem

disponibilizados após o aval do referido departamento, que será o único a opinar pela

aceitação ou não do profissional como adequado para a ocupação do(s) cargo(s);

f) a contratante terá até 03 (três) dias úteis para se manifestar quanto à aceitação

dos profissionais analisados;

g) depois da aprovação dos profissionais pelo departamento competente, a contratada

terá até 10 (dez) dias úteis para apresentar a documentação abaixo relacionada, relativa

aos empregados, admitidos pela contratada, devidamente preenchidas:

- Ficha de Registro de Empregados;

- Atestado de antecedentes criminais;

- Exame médico admissional;

- Cópia da CTPS, com as devidas anotações e registro, e

- Cópia do Contrato de Trabalho firmado com os empregados;

h) os empregados contratados para prestar os serviços, objeto desta licitação, deverão

estar devidamente registrados para exercer função compatível com a atividade objeto deste

contrato, em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, desde a

data de início da prestação dos serviços;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 17/24

i) ocorrendo o desligamento do(s) empregados(as) do Quadro de Pessoal, oriundo deste contrato, a Licitante deverá apresentar à Licitada o TRCT (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho), devidamente homologado pelos órgãos competentes, quando for o caso, a fim de comprovar a quitação final de todos os direitos trabalhistas a que faz(em) jus;

j) no caso de substituição do empregado, em decorrência de desligamento ou afastamento, independentemente dos motivos, a Licitante, deverá comunicar esta decisão, por escrito, apresentando suas justificativas, submetendo-as à prévia apreciação da Licitada. O desligamento dar-se-á mediante anuência desta, sendo que o seu substituto deverá obedecer ao previsto nas cláusulas acima mencionadas;

k) apresentar, mensalmente, para fins de pagamento da Nota Fiscal dos serviços prestados, ao Departamento de Licitações e Contratos, os seguintes documentos relativos ao mês anterior:

- Relação dos funcionários que prestaram os serviços no período;
- Cópia dos respectivos cartões de ponto ou comprovantes de frequência;
- Demonstrativos dos vencimentos mensais (holerith) pagos aos funcionários da contratada e comprovantes do efetivo pagamento;
- Cópia dos comprovantes de recolhimentos dos depósitos relativos ao FGTS relativos aos funcionários designados pela empresa para prestarem os serviços contratados;
- Cópia dos comprovantes de recolhimentos das contribuições devidas ao INSS relativos aos funcionários designados pela empresa para prestarem os serviços contratados;
 - Cópia do comprovante de fornecimento ou não do vale-transporte;

 a Licitante será responsável por manter seus funcionários devidamente uniformizados, com os respectivos crachás de identificação e devidamente treinados para a prestação dos serviços;

m) será de inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Jacareí o fornecimento de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 18/24

a prestadora de serviços deverá comunicar, por escrito, à Secretaria de n) Comunicação da TV Câmara, qualquer dano ou mau-funcionamento apresentado por qualquer equipamento que opere:

0) os prejuízos que porventura venham a ocorrer, causados por imperícia, negligência

ou imprudência na operação dos equipamentos, serão de responsabilidade da contratada;

será de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de uniformes, p)

refeições, cesta básica e vale-transporte a seus empregados, além de outros benefícios

previstos da Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria sindical

representativa;

q) a contratada não será obrigada a fornecer refeições a seus empregados, exceto se

estabelecido em Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho, ficando este encargo sob sua

inteira responsabilidade, não recaindo qualquer ônus sobre a contratante;

a contratada deverá submeter os empregados, que prestarem serviços na Câmara r)

Municipal de Jacareí, aos exames médicos periódicos, incluindo o exame de Beta HCG

(plasmático), além dos demais exames médicos demissionais, quando por ocasião das

rescisões contratuais:

será de responsabilidade da contratada proceder ao recolhimento de todos os

encargos e tributos comerciais, fiscais, sociais, trabalhistas e previdenciários dos

empregados, resultantes da execução do Contrato proveniente desta licitação, de

conformidade com o estabelecido no art. 71, parágrafo 1°, da Lei Federal n° 8.666/93;

t) a contratada deverá encaminhar mensalmente à Câmara Municipal de Jacareí,

comprovações dos recolhimentos de todos os encargos de seus empregados;

a contratada deverá afastar e/ou substituir o(a) empregado(a) que não mantiver boa u)

conduta e/ou não esteja prestando os serviços a contento, no prazo máximo de 24 (vinte e

quatro) horas da constatação da ocorrência;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 19/24

a Licitante deverá substituir o empregado que não comparecer no horário v)

estipulado, ou ausentar-se indevidamente, no prazo máximo de 4 horas da solicitação, se

não houver a substituição, as horas de ausência será descontada no pagamento,

proporcionalmente ao valor de hora de serviço prestado;

w) a contratada deverá comparecer, mensalmente, através de seu responsável, à

reunião com a Secretaria de Comunicação da TV Câmara de Jacareí onde ela deverá

elaborar relatório quanto à qualidade dos serviços executados com o intuito de verificar se

os trabalhos estão sendo realizados a contento, a fim de identificar eventuais desvios e

saná-los imediatamente:

x) Todos os funcionários envolvidos na realização do trabalho deverão ceder os

direitos de imagem e trabalho para a TV Câmara de Jacareí através do *Termo de Cessão de*

Direitos Autorais, ficando o direito autoral sob posse da TV Câmara de Jacareí, que poderá

utilizar as imagens, sons, etc, mesmo após eventual término de contrato; dentro dos limites

compatíveis com o objetivo Institucional da TV Câmara, respeitando à moral e os bons

costumes;

A Contratada deverá nomear, dentre os profissionais que atuarão junto à TV Câmara y)

Jacareí, um responsável apto a responder pelas demandas e obrigações oriundas do

presente Contrato.

12.1.2 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações

fiscais, civis, tributárias, trabalhistas e previdenciária, bem como por todas as despesas

decorrentes da execução do CONTRATO e, ainda, por todos os danos e prejuízos que

causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

12.1.3 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de qualificação

apresentadas no processo licitatório;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 20/24

12.1.4 Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo

70 da Lei nº 8.666/93;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Câmara Municipal de Jacareí se obrigará a:

Fornecer todos os equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;

13.1. Não permitir que terceiros executem quaisquer dos serviços especificados neste

edital:

13.2. Fornecer vestiários, armários e sanitários aos empregados da Licitante vencedora,

para uso durante a execução dos serviços;

13.3. Prestar informações e assistência à Licitante vencedora, sempre que solicitadas e

que se constituírem em imprevistos ou fatos excepcionais;

13.4. Acompanhar e fiscalizar, através do fiscal do Contrato, que será o Secretário-Diretor

de Comunicação, a execução do objeto ajustado e comunicar à Contratada as ocorrências

que a seu critério exijam medidas corretivas;

13.5. Pagar o preço ajustado, nos períodos fixados neste CONTRATO, sob pena de, em

caso de eventual atraso no adimplemento da obrigação, sujeitar-se ao pagamento de juros

moratórios nos termos da cláusula 9.5, sem prejuízo do disposto no art. 78, inciso XV, da Lei

Federal n° 8.666/93.

14. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 21/24

14.1. A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no

edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos

artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 30% (quinze por cento), incidente sobre o

valor da proposta apresentada, nos casos de: não atendimento do prazo de assinatura do

contrato; descumprimento do prazo estipulado no edital para a retirada da Ordem de

Fornecimento; no atraso quanto ao prazo de entrega dos serviços ou pela recusa em

fornecer o objeto desta licitação, calculada pela fórmula **M = 0,01 x C x D**. Tendo como

correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em

atraso;

c) Impedimento do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jacareí por um

período de até 2 (anos) anos, no caso de apresentação de declaração ou documento falso;

d) A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de

impedimento de licitar ou contratar;

e) Caso a empresa vencedora se recuse a assinar o Contrato, a fornecer os produtos e

serviços objeto desta licitação, a atender ao disposto deste Termo de Referência, aplicar-se-

á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº 10.520/2002, devendo as licitantes

remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de

lances.

14.2. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Câmara Municipal de

Jacareí depois da instauração do competente Processo Administrativo, com a devida

notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

14.3. A notificação ocorrerá pessoalmente ou por correspondência, com aviso de

recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 22/24

de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de

defesa.

14.4. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da

intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art.

110 da Lei nº 8.666/1993.

14.5. As multas, a critério da CONTRATANTE, poderão ser cobradas cumulativamente. As

definições, sanções e penalidades contidas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93

são recepcionadas em sua extensão e amplitude, como se aqui transcritas, devendo ser

observadas.

15. DA RESCISÃO

15.1. O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, atendido o disposto na

Seção V, artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e considerando especialmente as

seguintes hipóteses:

I - O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, prazos ou projetos;

II - Cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, prazos ou projetos;

III - A lentidão no seu cumprimento, levando a Câmara a considerar a impossibilidade da

execução do fornecimento nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado do fornecimento;

V - Subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da CONTRATADA com

outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão, ou

incorporação, que não serão admitidas durante a vigência do contrato;

VI - A decretação de falência ou concordata da firma ou a insolvência civil de qualquer de

seus sócios;

VII - A dissolução da sociedade;

VIII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que

prejudique a execução do contrato;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 23/24

IX - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e

determinadas pela máxima autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo

a que se refere o contrato;

X - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da

execução do contrato;

16. DAS DISPOSICÕES GERAIS

16.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou

apresentação de documentos relativa à presente licitação.

16.2. A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar omissões ou erros puramente

formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação

vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência

destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.3. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às

orientações contidas no presente PREGÃO, deverão ser solicitados por escrito à Pregoeira,

protocolados no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Jacareí, até 02 (dois) dias úteis

antes da data designada para recebimento dos envelopes, de segunda a sexta-feira, no

horário das 8h às 12h e das 14h às 16h.

16.3.1. A consulta como critério de aceitabilidade, deverá ser encaminhada em papel

timbrado, assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à

Pregoeira.

16.3.2. A consulta será recebida mediante protocolo, de modo que não serão consideradas

aquelas encaminhadas por intermédio de e-mail, nem tampouco aquelas corretamente

apresentadas, porém recebidas intempestivamente.

16.3.3. A Pregoeira responderá por escrito às questões pertinentes à licitação, sendo que a

cópia do ofício será juntada no respectivo processo licitatório, depois de ter sido

encaminhado para ciência de todas as licitantes.

16.3.4. Não será considerada nenhuma solicitação verbal, quer seja consulta, pedido de

esclarecimento, reclamação ou entendimento técnico.

FIs 24/24

16.3.5. Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO relativa à habilitação das licitantes desclassificadas, bem como das classificadas que não foram declaradas vencedoras, permanecerão sob custódia da Câmara Municipal de Jacareí, sendo disponibilizados para retirada pelas empresas, mediante recibo, depois da publicidade legal do extrato de contrato. Caso não sejam retirados, os mesmos serão inutilizados.

16.3.6. Para conhecimento do público, determina-se a publicação de resumo do presente Edital na forma prevista no artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando à disposição no prédio-sede da CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, na Praça dos Três Poderes, 74 — Centro, todos os documentos atinentes ao presente Pregão (Edital, anexos, etc..), ou para cópia em *pen drive* ou outro tipo de mídia gravável fornecida pelo licitante, devendo ser retirado, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 16h, no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Jacareí, ou pelo *site*: http://www.jacarei.sp.leg.br.

Jacareí, 28 de julho de 2017.

Luana Silvério Alves Passos Gerente de Licitações e Contratos Interina Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo. O recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerão no dia 11 de agosto de 2017, às 09h (horário de Brasília), no Auditório da Câmara Municipal de Jacareí, situada na Praça dos Três Poderes, nº 74, Centro, neste Município. O Edital detalhado e seus anexos estão disponíveis no site <u>www.jacarei.sp.leg.br.</u>

LUANA SILVÉRIO ALVES PASSOS Pregoeira

PALÁCIO DA LIBERDADE

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 Anexo II - Termo de Referência

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo; conforme especifica:

1. Serviço de produção de conteúdo: a ser exercido por no mínimo 03 (três) profissionais, cuja designação é de Assessor Técnico de Conteúdo e Jornalismo, com remuneração mínima de R\$ 2.860,00 (dois mil e oitocentos e sessenta reais), com o fornecimento de 600 (seiscentas) horas mensais de serviço de produção de conteúdo, sendo de suas competências: apresentar programas de rádio e televisão, ancorar programas, nos quais interpretam o conteúdo da apresentação, noticiar fatos, ler textos no ar, redigir a notícia, narrar eventos esportivos e culturais, tecer comentários sobre os mesmos e fazer a locução de anúncios e chamadas; entrevistar pessoas; anunciar programação; preparar conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público-alvo; atuar em rádio, mídia, televisão e eventos, bem como em mídias alternativas como cinema e Internet. Recolher, redigir, registrar através de imagens e de sons, interpretar e organizar informações e notícias a serem difundidas. Fazer seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessoria de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público. Criar pauta, levantar os dados, gravar matérias e vídeos, redigir textos, fazer locução, editar textos, apresentar matérias e programas. Realizar trabalhos em unidade móvel.

× ×

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

- 2. Serviço de produção técnica: a ser executado por no mínimo 10 (dez) profissionais cuja denominação é de Assessor Técnico de Vídeo Produção, com remuneração mínima de R\$ 2.360,00 (dois mil e trezentos e sessenta reais), com o fornecimento de 1.400 (mil e quatrocentas) horas mensais de serviços de produção técnica, sendo de suas competências: captar imagens através de câmeras de vídeo para produção de TV, internet e demais mídias que utilizam imagens para os programas internos e externos. Montar cenários, iluminação, sistema de áudio e vídeo. Dirigir e selecionar imagens para exibição em programas de TV, bem como organizar o material gravado sob sua responsabilidade. Operar equipamento de edição de imagem e áudio, para produção de programas de TV e demais mídias que utilizam imagens e som. Realizar o arquivamento de material bruto e editado conforme orientação das gerências da TV. Operar equipamentos de áudio e vídeo em programas de TV, incluindo a inserção e o controle da exibição de programas conforme grade definida pela Gerência de Programação da TV. Operar e montar os cabos e equipamentos necessários para a execução da função, conforme orientação da Gerência de Operações da TV. Auxiliar em montagem de sistemas de vídeo, links e transmissão. Realizar a completa montagem do cenário, sistema de áudio, vídeo e iluminação, gravação, direção de TV, exibição e confecção de arquivo. Realizar trabalhos em unidade móvel.
- **3. Disponibilização de tradutor de libras** para todos os programas ao vivo, em atendimento às normas legais que regulamentam a transmissão de programas com recursos de acessibilidade, de acordo com as determinações das Gerências de Programação e de Operações da TV, que devem contemplar obrigatoriamente: as sessões ordinárias (mínimo de quatro ao mês, de fevereiro a dezembro, exceto no mês de julho e na segunda quinzena de dezembro), sessões extraordinárias (esporádicas), sessões solenes (média de 40 ao ano) e audiências públicas (média de 12 ao ano).

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



PALÁCIO DA LIBERDADE

- Todos os trabalhos prestados pela empresa vencedora do presente certame serão subordinados às Gerências da TV Câmara Jacareí e ao Secretário-Diretor de Comunicação.
- 2. Os trabalhos serão executados na sede da TV Câmara Jacareí por equipe capacitada e com comprovada experiência, com horário de trabalho compatível com o realizado pelos servidores da Câmara Municipal de Jacareí incluindo-se as transmissões e/ou gravações das sessões ordinárias, extraordinárias e demais solenidades e eventos da Câmara Municipal de Jacareí.
- **2.1.** Considerando a especificidade que envolve a prestação dos serviços, os mesmos também poderão ser prestados em outras localidades que não a sede da TV Câmara Jacareí.
- **3.** A prestadora de serviços deverá comunicar, por escrito, às Gerências da TV Câmara de Jacareí, qualquer dano ou mau-funcionamento apresentado por equipamentos que opere.
- **4.** Os prejuízos que porventura venham a ocorrer, causados por imperícia, negligência ou imprudência na operação dos equipamentos, serão de responsabilidade da empresa vencedora, respeitado o devido processo de apuração e responsabilização.
- **5.** Serão por conta da licitante vencedora todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contração de equipe profissional, manutenção do contrato de trabalho e rescisão desses, bem como todos os demais tributos ou encargos que incidirem ou venham a incidir sobre a contratação dos empregados colocados à disposição da Câmara Municipal de Jacareí.
- **6.** Todos os profissionais que atuarão junto à TV Câmara Jacareí terão seus currículos avaliados e serão submetidos a entrevista e testes coordenados pelas Gerências da TV Câmara e pelo Secretário-Diretor de Comunicação e somente estarão aptos a serem

PALÁCIO DA LIBERDADE

disponibilizados pela vencedora do certame depois do aval da respectiva gerência da TV ou do Secretário-Diretor de Comunicação, que serão os únicos a opinar pela aceitação ou não do profissional como adequado para a ocupação do(s) cargo(s).

- **7.** Todos os funcionários envolvidos na realização dos trabalhos deverão ceder os direitos de imagem e trabalho para a TV Câmara de Jacareí por meio do do *Termo de Cessão de Direitos Autorais*, ficando o direito autoral sob posse da TV Câmara Jacareí, que poderá utilizar as imagens, sons, etc., mesmo depois do eventual término de contrato, dentro dos limites compatíveis com o objetivo institucional da TV Câmara, respeitando a legislação vigente.
- **8.** A empresa vencedora do certame deverá comparecer, mensalmente, por meio de seu responsável, a reuniões com as gerências da TV Câmara Jacareí, para avaliação dos serviços executados, procedendo-se aos possíveis ajustes.
- **9.** É vedada a subcontratação total ou parcial de outra empresa, profissionais autônomos ou cooperados pela empresa vencedora do certame.
- 10. Nenhum vínculo jurídico-trabalhista haverá entre os empregados da empresa vencedora do certame e a Câmara Municipal de Jacareí, ficando a contratada como única responsável pelo pagamento dos salários e demais encargos trabalhistas de seus empregados, inclusive em eventuais demandas trabalhistas, às quais a Câmara não responderá solidária ou subsidiariamente. A empresa contratada restituirá à Câmara Municipal de Jacareí, caso esta venha a ser condenada ao pagamento de qualquer verba trabalhista aos empregados que a contratada lhe disponibilizar, por força do contrato de prestação de serviços decorrente do presente certame.



PALÁCIO DA LIBERDADE

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Por meio deste instrumento, o Senhor (**nome do empregado**), (**qualificação**) doravante denominado **CEDENTE** transfere, total e definitivamente, os direitos autorais patrimoniais referentes às transmissões e captações de imagens, realização de matérias jornalísticas, locuções, roteiros, direção e criação de programas e cenários, dentro outros, à TV Câmara Jacareí, emissora da Câmara Municipal de Jacareí - SP, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, situada na Praça dos Três poderes, 74 – Centro – Jacareí - SP, inscrita no CNPJ sob nº 50.437.516/0001-76, em conformidade com o processo em referência, as disposições contidas na Lei 8.666, de 1993, a Lei 9.610, de 1998, e com o presente Edital e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente é a cessão total e definitiva dos direitos autorais patrimoniais referentes às transmissões e captações de imagens, realização de matérias jornalísticas, locuções, roteiros, direção, criação de programas, cenários, edições, finalizações, dentre outros, pelo **CEDENTE** à **CESSIONÁRIA**, realizados durante a vigência do Contrato n. ____/2017, de acordo com o Edital e seus Anexos do Pregão (Presencial) n.º //2017.

Parágrafo Primeiro. Em relação às transmissões e captações de imagens, realização de matérias jornalísticas, locuções, roteiros, direção e criação de programas e cenários, dentre outros, o CEDENTE transfere à CESSIONÁRIA todos os direitos de autoria/propriedade necessários à utilização, divulgação, difusão, comercialização e reprodução.

Parágrafo Segundo. Compreendem-se nessa cessão todos os direitos patrimoniais do autor da obra, por meio da qual a Câmara Municipal de Jacareí poderá exercer, da forma como melhor lhe aprouver, todas as modalidades de utilização previstas no art. 29 da Lei nº 9.610/1998, e ainda: os direitos de utilização; de publicação; de transmissão; de



PALÁCIO DA LIBERDADE

distribuição; de fixação; de reprodução parcial ou integral, por qualquer processo ou técnica de edição (inclusive com alteração substancial); de inclusão em base de dados, armazenamento em computador (e demais formas de arquivamento do gênero); de exposição; de divulgação das imagens; de transferência de sua utilização por terceiros, no todo ou em parte, como obra integrante de outra obra ou não; de comunicação direta e/ou indireta da obra ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário; além de quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

Parágrafo Terceiro. Os direitos de utilização listados, que poderão ser fruídos por incontáveis vezes, poderão compreender a utilização em materiais e campanhas institucionais, promocionais e publicitárias, revistas, jornais, televisão, mídia em geral, folhetos, cenários de estúdio, relatórios, cartões postais, cartões de datas comemorativas, convites, folders, livros, marcadores, agendas, cadernos, calendários, pôsteres, outdoors, back-lights, front-lights, quadros, têxteis, feiras, banners, tapetes, anuários, apostilas, blocos, bandeirolas, crachás, displays, envelopes, etiquetas, fitas de áudio, placas, embalagens, selos, compilações, fotografias, slides, catálogos, cartazes, enciclopédias, produtos culturais, websites, disquetes, CD-Rom, DVD, exposições (itinerantes ou não) em quaisquer locais, conferências, palestras, mostras nacionais ou internacionais, ou outros materiais de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto. A presente cessão de direitos não se restringe ao território nacional.

Parágrafo Quinto. O CEDENTE manterá a CESSIONÁRIA incólume em relação a todas e quaisquer reivindicações, demandas, processos, danos, custos, encargos, despesas e indenizações que resultem de possível violação de direitos autorais, respondendo por eventual lesão a tais direitos perante terceiros, sem prejuízo da apuração das responsabilidades incidentes.

PALÁCIO DA LIBERDADE

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CESSÃO

O prazo da cessão de direitos patrimoniais será indeterminado, a contar da data de assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

A presente cessão é parte integrante do preço da proposta da contratada, apresentada na Licitação, realizada na Modalidade Pregão nº 10/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA TOLERÂNCIA QUANTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Nenhuma omissão ou demora por parte da **CESSIONÁRIA** em exercer qualquer direito ou remédio jurídico estabelecido neste termo, no contrato n. _____, no Edital da Licitação, realizada na Modalidade Pregão nº 10/2017 e Anexos, ou previsto em Lei, deverá operar ou se reconstituir em renúncia do mesmo.

Parágrafo Único. Tampouco deverá qualquer exercício parcial ou isolado, ou o exercício de qualquer direito contratual ou legal excluir outro direito que será sempre cumulativo e não-exclusivo.

(local e data)
(nome e assinatura)
Cedente

Testemunha (nome e CPF)

Testemunha (nome e CPF)

Fls 01/01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 <u>Anexo III - Procuração</u>

A empresa , devidamente inscrita no
CNPJ/MF sob o n^{o} , com sede na Rua , n^{o}
, bairro, cidade de, estado de, por
seu sócio (denominação do contrato),, brasileiro,
(estado civil), (profissão), residente e domiciliado na
cidade de, nomeia e constitui seu REPRESENTANTE, o Sr.
, , (estado civil), (profissão), portador da
cédula de identidade RG nº , e do CPF/MF nº , a
quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante,
junto à Câmara Municipal de Jacareí , na Licitação PREGÃO
(PRESENCIAL) n^{o} 10/2017, em especial para participar das sessões
licitatórias, firmar declarações e atas, interpor ou desistir da interposição
de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame
acima indicado.
Local e data.
assinatura do responsável pela outorga (firma reconhecida)

FIs 01/01

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 Anexo IV – Declaração – Empresa de Pequeno Porte

A empresa,	CNF	⊃J nº
, declara à Câmara Municipal de Jacareí,	para	fins de
participação no procedimento licitatório do PREGÃO (PRESENCIAL	L) nº ·	10/2017
cumprir plenamente os requisitos para classificar-se como Empresa	a de P	equeno
Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de	deze	mbro de
2006. Declara-se, ainda, ciente das responsabilidades administrativa, o	civil e d	criminal.

Loca e data

.

Nome do Representante: RG e CPF Carimbo da empresa

FIs 01/01

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 Anexo V – Declaração de Condições Habilitatórias

A empresa, devidamente inscrita no CNPJ/MF
sob o n.º, com sede na Rua, n.º, bairro
, cidade de, estado de, neste ato
representada pelo Senhor, portador do RG. n.º
, DECLARA expressamente que atende plenamente os
requisitos de habilitação impostos no Edital para participação no Pregão
nº 10/2017 da Câmara Municipal de Jacareí, em conformidade com o
disposto no art. 4.º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02.
Local e data.
(assinatura do responsável legal)

FIs 01/01

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017

Anexo VI - Declaração de Elaboração Independente De Proposta

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede
na cidade de, estado de, na Rua, nº, nº, bairro, por
meio de seu representante legal que a esta subscreve, DECLARA, sob as penas da lei, em
especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
(a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante], e que o
conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente ,informado
a , discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão
Presencial nº 10/2017 da Câmara Municipal de Jacareí, por qualquer meio ou por qualquer
pessoa;
(b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou
recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 10/2017
da Câmara Municipal de Jacareí, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de
qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 10/2017 da Câmara
Municipal de Jacareí, quanto a participar ou não da referida licitação;
(d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou
indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de
fato do Pregão Presencial nº 10/2017 da Câmara Municipal de Jacareí antes da adjudicação
do objeto da referida licitação;
(e) o valor da proposta não foi influenciado pela informação de valor referencial
constante do edital, tendo sido resultado apenas e tão somente dos fatores mercadológicos
vigentes;
(f) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou
indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Câmara
Municipal de Jacareí antes da abertura oficial das propostas; e
(g) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém
plenos poderes e informações para firmá-la.
promos poderes e imermagose para imma ia:
Local e data.

Empresa (por seu representante legal)

FIs 01/02

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 Anexo VII – Proposta

Item	Descrição	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo.	R\$	R\$

O valor mensal do item será submetido a lances.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da abertura do envelope.

(Local e data)

FIs	02/	02
-----	-----	----

(F	Representante legal da empresa)
CNPJ/MF:	
Endereço completo:	
Fone/Fax:	
Nome do Representante:	
•	CPF/MF:

FIs 01/01

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 Anexo VIII - Declaração de cumprimento do Art. 7º, XXXIII/CF

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com
sede na cidade de , estado de , na Rua , nº , bairro,
por meio de seu representante legal que a esta subscreve, DECLARA expressamente e sob
as penas da lei, que não emprega menores de 14 (quatorze) anos em seu quadro de
funcionários, bem como não expõe qualquer empregado menor de 18 (dezoito) anos aos
serviços noturnos, perigosos e insalubres, da forma proibida pelo artigo 7º, XXXIII da
Constituição Federal.
E por ser a mais absoluta expressão da verdade, firma a presente, estando
plenamente ciente das penalidades advindas do descumprimento do inciso V do artigo 27,
da Lei Federal nº 8.666/93, previsto na Lei nº 9.854/99.
Local e data.
Empresa (por seu representante legal)



FIs 01/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 Anexo IX – Minuta Contratual

CONTRATO nº

CONTRATO	DE	FORNEC	IMENTO	QUE	ENTRE	SI	FIRMAM	A	CÂMARA
MUNICIPAL	DE J	ACAREÍ I	E A EMP	RESA					

Por este instrumento contratual, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.437.516/0001-76, sediada na Praça dos Três Poderes, nº 74 - Centro, na Cidade de Jacareí-SP, nesse ato representada por sua Presidente, Vereadora LUCIMAR PONCIANO LUIZ, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº ______ SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº ___ doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa , inscrita no CGC/MF sob o nº, com sede na cidade de, na, neste ato representada por....., portador da cédula de identidade RG n.º, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º...., doravante simplesmente denominada como CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO decorrente do Pregão nº 10/2017, com fundamento nos termos da Lei nº 10.520 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666/93, com alterações introduzidas pelas Leis n.º 8.880/94, 8.883/94, 9.648/98, Lei complementar nº 123/2006 e Medida Provisória n.º 1.750, mediante as cláusulas a seguir especificadas.

FIs 02/17

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo, conforme especificação do Anexo II – Termo de Referência, do Edital do Pregão Presencial nº 10/2017.

2. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1	O	valor	global	do	presente	CONTRA	410,	tixo	е	ırreajustavel,	nos	termos	da
legislaçã	io v	/igente	e é de F	₹\$		(), s	endo	que o v	alor
a ser paç	go	mensa	almente	sera	á de R\$		() ;	

- 2.2 O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Câmara Municipal de Jacareí, através de boleto, depósito ou transferência bancária, em até **5 (cinco) dias úteis** posteriores ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura e autorização do Departamento Requisitante, que o fará após o recebimento do objeto contratado;
- 2.3 As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: 01.01.01.031.0001.2003.3.3.90.39.00
- **2.3.1** O valor contratado será fixado em reais, não comportando reajustes pelo período de 12 (doze) meses;
- **2.3.2** Não sendo aprovado o objeto contratado ou ao se constatarem erros ou rasuras na Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela **CONTRATADA**, não ocorrerá o correspondente pagamento, até que sejam efetuadas as devidas correções;
- **2.3.3** O pagamento será efetuado apenas e tão somente se forem apresentados os documentos de que trata o item 6.1.1, letra "k", deste Contrato;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 03/17

2.3.4 Constitui, ainda, condição prévia para pagamento, a quitação de todos os direitos

trabalhistas da licitante para com seus funcionários;

2.4 O atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE implicará o acréscimo de

juros compensatórios à fração de 0,033% ao dia sobre o valor da parcela devida, salvo a

incidência na cláusula "2.3.2", que desobriga o pagamento de correção monetária, juros ou

multas pela CONTRATANTE;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a assinatura do CONTRATO em

estrita conformidade com o disposto em lei, e dele farão parte o instrumento convocatório e

a proposta vencedora, bem como quaisquer outros documentos integrantes do procedimento

licitatório;

3.1.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, sendo sua eficácia condicionada à

publicação oficial do extrato deste contrato, produzindo seus efeitos até o cumprimento de

todas as obrigações assumidas;

3.2. Regularmente convocada para assinar o CONTRATO, à adjudicatária cumprirá fazê-

lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o qual sua omissão caracterizará não

atendimento do prazo de assinatura contratual, sujeitando-a à penalidade contida no

disposto no §1º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como àquela do Art. 3º, I, do Ato

da Mesa nº 05/2016, que estabelece multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 30%

(trinta por cento) incidente sobre o valor da obrigação não cumprida e tomando por base a

proposta apresentada e ainda às demais penalidades previstas na referida Lei e alterações

posteriores.

4. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

FIs 04/17

4.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os

acréscimos e supressões que se fizerem necessários, respeitado o percentual previsto no §

1º, do artigo 65, da Lei 8666/93 e alterações;

5. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O acompanhamento da execução contratual será realizado pela Secretaria de

Comunicação, através do fiscal do Contrato, que será o Secretário-Diretor de Comunicação,

o qual autorizará à Tesouraria efetuar o pagamento à CONTRATADA após constatar o fiel

cumprimento do instrumento contratual;

Os funcionários da contratada deverão ser disponibilizados para o início da

prestação de serviços no dia útil seguinte à data de aprovação da documentação de

admissão dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os serviços licitados e respectivas exigências compreendem:

a) os serviços devem ser executados de acordo com as orientação da Secretaria de

Comunicação da TV Câmara, ou de outro profissional indicado pela autoridade superiora;

b) o horário de trabalho será definido pela Secretaria de Comunicação da TV Câmara,

ou por outro profissional indicado pela autoridade superiora, conforme demanda de serviços

da TV Câmara Jacareí, respeitadas as horas contratadas por este instrumento e seus

acréscimos legais;

c) serviços deverão, obrigatoriamente, ser executados por profissionais

capacitados, devidamente uniformizados e identificados, portando crachá de identificação,

FIs 05/17

com foto, emitido pela licitante vencedora, no qual deverá constar: nome, RG do(a)

empregado(a) e razão social da empresa;

d) à Câmara Municipal de Jacareí, reserva-se o direito de solicitar, a seu critério, as

substituições dos profissionais que não estiverem executando a contento os serviços

contratados, independentemente de qualquer justificativa;

a contratada deverá apresentar, em até 03 (três) dias após assinatura deste e)

contrato, a relação de todos os profissionais que atuarão junto à TV Câmara Jacareí, os

quais terão seus currículos avaliados e serão submetidos à entrevista e testes coordenados

pela Secretaria de Comunicação da TV Câmara e somente estarão aptos a serem

disponibilizados após o aval do referido departamento, que será o único a opinar pela

aceitação ou não do profissional como adequado para a ocupação do(s) cargo(s);

a contratante terá até 03 (três) dias úteis para se manifestar quanto à aceitação dos f)

profissionais analisados;

g) depois da aprovação dos profissionais pelo departamento competente, a contratada

terá até 10 (dez) dias úteis para apresentar a documentação abaixo relacionada, relativa

aos empregados, contratados pela Licitante, devidamente preenchidas:

- Ficha de Registro de Empregados;

- Atestado de antecedentes criminais;

Exame médico admissional;

Cópia da CTPS, com as devidas anotações e registro, e

Cópia do Contrato de Trabalho firmado com os empregados;

h) os empregados contratados para prestar os serviços, objeto desta licitação, deverão

estar devidamente registrados para exercer função compatível com a atividade objeto deste

contrato, em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, desde a

data de início da prestação dos serviços;

i) ocorrendo o desligamento do(s) empregados(as) do Quadro de Pessoal, oriundo

deste contrato, a Licitante deverá apresentar à Licitada o TRCT (Termo de Rescisão do



FIs 06/17

Contrato de Trabalho), devidamente homologado pelos órgãos competentes, quando for o caso, a fim de comprovar a quitação final de todos os direitos trabalhistas a que faz(em) jus;

- j) no caso de substituição do empregado, em decorrência de desligamento ou afastamento, independentemente dos motivos, a Licitante, deverá comunicar esta decisão, por escrito, apresentando suas justificativas, submetendo-as à prévia apreciação da Licitada. O desligamento dar-se-á mediante anuência desta, sendo que o seu substituto deverá obedecer ao previsto nas cláusulas acima mencionadas;
- k) apresentar, mensalmente, para fins de pagamento da Nota Fiscal dos serviços prestados, ao Departamento de Licitações e Contratos, os seguintes documentos relativos ao mês anterior:
 - Relação dos funcionários que prestaram os serviços no período;
 - Cópia dos respectivos cartões de ponto ou comprovantes de frequência;
- Demonstrativos dos vencimentos mensais (holerith) pagos aos funcionários da contratada e comprovantes do efetivo pagamento;
- Cópia dos comprovantes de recolhimentos dos depósitos relativos ao FGTS relativos aos funcionários designados pela empresa para prestarem os serviços contratados;
- Cópia dos comprovantes de recolhimentos das contribuições devidas ao INSS relativos aos funcionários designados pela empresa para prestarem os serviços contratados;
 - Cópia do comprovante de fornecimento ou não do vale-transporte;
- I) Licitante será responsável por manter seus funcionários devidamente uniformizados, com os respectivos crachás de identificação e devidamente treinados para a prestação dos serviços;
- m) será de inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Jacareí o fornecimento de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços;
- a prestadora de serviços deverá comunicar, por escrito, à Secretaria de n) Comunicação da TV Câmara, qualquer dano ou mau-funcionamento apresentado por qualquer equipamento que opere;

FIs 07/17

os prejuízos que porventura venham a ocorrer, causados por imperícia, negligência ou imprudência na operação dos equipamentos, serão de responsabilidade da contratada;

p) será de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de uniformes,

refeições, cesta básica e vale-transporte a seus empregados, além de outros benefícios

previstos da Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria sindical

representativa;

a contratada não será obrigada a fornecer refeições a seus empregados, exceto se q)

estabelecido em Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho, ficando este encargo sob sua

inteira responsabilidade, não recaindo qualquer ônus sobre a contratante;

r) a contratada deverá submeter os empregados, que prestarem serviços na Câmara

Municipal de Jacareí, aos exames médicos periódicos, incluindo o exame de Beta HCG

(plasmático), além dos demais exames médicos demissionais, quando por ocasião das

rescisões contratuais;

s) será de responsabilidade da contratada proceder ao recolhimento de todos os

encargos e tributos comerciais, fiscais, sociais, trabalhistas e previdenciários dos

empregados, resultantes da execução do Contrato proveniente desta licitação, de

conformidade com o estabelecido no art. 71, parágrafo 1°, da Lei Federal n° 8.666/93;

t) a contratada deverá encaminhar mensalmente à Câmara Municipal de Jacareí,

comprovações dos recolhimentos de todos os encargos de seus empregados;

u) a contratada deverá afastar e/ou substituir o(a) empregado(a) que não mantiver boa

conduta e/ou não esteja prestando os serviços a contento, no prazo máximo de 24 (vinte e

quatro) horas da constatação da ocorrência;

deverá substituir o empregado que não comparecer no horário v) a Licitante

estipulado, ou ausentar-se indevidamente, no prazo máximo de 4 horas da solicitação, se

não houver a substituição, as horas de ausência será descontada no pagamento,

proporcionalmente ao valor de hora de serviço prestado;

PALÁCIO DA LIBERDADE

FIs 08/17

w) a contratada deverá comparecer, mensalmente, através de seu responsável, à

reunião com a Secretaria de Comunicação da TV Câmara de Jacareí onde ela deverá

elaborar relatório quanto à qualidade dos serviços executados com o intuito de verificar se

os trabalhos estão sendo realizados a contento, a fim de identificar eventuais desvios e

saná-los imediatamente;

x) Todos os funcionários envolvidos na realização do trabalho deverão ceder os

direitos de imagem e trabalho para a TV Câmara de Jacareí através do Termo de Cessão de

Direitos Autorais, ficando o direito autoral sob posse da TV Câmara de Jacareí, que poderá

utilizar as imagens, sons, etc, mesmo após eventual término de contrato; dentro dos limites

compatíveis com o objetivo Institucional da TV Câmara, respeitando à moral e os bons

costumes;

y) A Contratada deverá nomear, dentre os profissionais que atuarão junto à TV Câmara

Jacareí, um responsável apto a responder pelas demandas e obrigações oriundas do

presente Contrato.

6.1.2 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações

fiscais, civis, tributárias, trabalhistas e previdenciária, bem como por todas as despesas

decorrentes da execução do CONTRATO e, ainda, por todos os danos e prejuízos que

causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

6.1.3 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de qualificação

apresentadas no processo licitatório:

5.1.4 Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo

70 da Lei nº 8.666/93;

6.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Fls 09/17

A Câmara Municipal de Jacareí se obrigará a:

6.2.1 Fornecer todos os equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;

6.2.2 Não permitir que terceiros executem quaisquer dos serviços especificados neste

edital:

6.2.3 Fornecer vestiários, armários e sanitários aos empregados da Licitante vencedora,

para uso durante a execução dos serviços;

6.2.4 Prestar informações e assistência à Licitante vencedora, sempre que solicitadas e

que se constituírem em imprevistos ou fatos excepcionais;

6.2.5 Acompanhar e fiscalizar, através do fiscal do Contrato, que será o Secretário de

Comunicação, a execução do objeto ajustado e comunicar à Contratada as ocorrências que

a seu critério exijam medidas corretivas;

Pagar o preço ajustado, nos períodos fixados neste CONTRATO, sob pena de, em 6.2.6

caso de eventual atraso no adimplemento da obrigação, sujeitar-se ao pagamento de juros

moratórios nos termos da cláusula "2.4", sem prejuízo do disposto no art. 78, inciso XV, da

Lei Federal nº 8.666/93.

7. DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à

Contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público

ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou

prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação

pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

Fls 10/17

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações

ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº

12.846/2013 (conforme alterada), do **Decreto** no **8.420/2015** (conforme

do **U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977** (conforme alterado) ou de quaisquer outras

leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o

presente Contrato.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital,

sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e

87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:

Advertência; a)

Multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 30% (trinta por cento), incidente b)

sobre o valor da proposta apresentada, nos casos de: não atendimento do prazo de

assinatura do contrato; descumprimento do prazo estipulado no edital para a retirada da

Ordem de Fornecimento; no atraso quanto ao prazo de entrega dos serviços ou pela recusa

em fornecer o objeto desta licitação, calculada pela fórmula **M = 0,01 x C x D**. Tendo como

correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em

atraso;

Impedimento do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jacareí por c)

um período de até 2 (anos) anos, no caso de apresentação de declaração ou documento

falso;

A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de d)

impedimento de licitar ou contratar;

FIs 11/17

e) Caso a empresa vencedora se recuse a assinar o Contrato, a retirar a Ordem de

Fornecimento, a fornecer os produtos objeto desta licitação, a atender ao disposto deste

Termo de Referência, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº 10.520/2002,

devendo as licitantes remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas

propostas na etapa de lances.

8.1. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Câmara Municipal de

Jacareí após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

8.2. A notificação ocorrerá pessoalmente ou por correspondência, com aviso de

recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie

de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de

defesa;

8.3. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar

da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art.

110 da Lei nº 8.666/1993;

8.4. As multas, a critério da CONTRATANTE, poderão ser cobradas cumulativamente.

As definições, sanções e penalidades contidas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº

8.666/93 são recepcionadas em sua extensão e amplitude, como se aqui transcritas,

devendo ser observadas.

9. DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Este contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, atendido o disposto na

Seção V, artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e considerando-se especialmente as

seguintes hipóteses:

9.1.1. O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, prazos ou projetos;

Fls 12/17

cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos ou

projetos;

A lentidão no seu cumprimento, levando a Câmara a considerar a impossibilidade da

execução do fornecimento nos prazos estipulados;

9.1.4. O atraso injustificado no início do fornecimento;

9.1.5. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA

com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou

incorporação, que não serão admitidas durante a vigência do contrato;

9.1.6. A decretação da falência, concordata da firma ou a insolvência civil de qualquer de

seus sócios;

9.1.7. A dissolução da sociedade;

9.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que

prejudique a execução do contrato;

9.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e

determinadas pela máxima autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo

a que se refere o contrato;

9.1.10. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada,

impeditiva da execução do contrato.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A **CONTRATADA** se obriga a entregar integralmente o objeto deste CONTRATO,

pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento



Fls 13/17

por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão;

- **10.2.** A **CONTRATADA** deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos a serem causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- **10.3.** Quaisquer outras atividades complementares não previstas neste CONTRATO poderão ser propostas pela **CONTRATANTE**, cuja definição e responsabilidade serão objetos de Termo Aditivo;
- **10.4.** A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização da qualidade do objeto, o que não exime a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais e legais.

11. DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

- **11.1.** Integram o presente CONTRATO, como se aqui transcritos, os documentos a seguir especificados, cujo teor considera-se conhecido e acatado pelas partes:
- **11.1.1.** Edital do Pregão Presencial 10/2017 e seus Anexos;
- **11.1.2.** Proposta datada de ___/__/2017;
- **11.1.3.** Nota de Empenho emitida em

12. **DO FORO**

12.1. As dúvidas e questões deste CONTRATO ou de sua execução serão dirimidas no Foro da Comarca de Jacareí-SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo assinam.

Fls	1	4/	1	7
Fls	1	4/	1	7

Jacareí,

de

2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Contratante

EMPRESA

Contratada

<u> Testemunhas:</u>				
1.				
RG:				
2.				
RG:				

FIs 15/17

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Contrato n°:	Pregão nº 10/2017
Objeto: Contratação	o de empresa especializada para a prestação de serviços de produção,
captação e transmis	são de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e
Internet simultaneam	nente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e
1.400 horas mensais	s de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de
libras para programa	as ao vivo.
Contratada:	
Contratante: CÂMA	RA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Em obediência ao disposto na Resolução nº 08/2004 (TC-A 013819/026/03), que aprovou as Instruções nº 01/2004 e 02/2004, as quais introduziram Emendas Aditivas às Instruções nº 01/2002 e 02/2002, na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a serem tomadas, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Jacareí, de de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente

CONTRATADARepresentante

Fls 16/17

CADASTRO DOS RESPONSÁVEIS

Contrato n°:	Pregão nº 10/2017					
Objeto: Contrataç	ção de empresa especializada para a prestação de serviços de produção,					
captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e						
Internet simultane	amente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e					
1.400 horas mens	ais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de					
libras para progra	mas ao vivo.					
Contratada:						
Nome :	LUCIMAR PONCIANO LUIZ					
CARGO:	Presidente					
RG. nº						
CPF.nº						
End. residencial:						
End.comercial:						
Fone com.:	(12) 3955-2204					
E-mail:	ver.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br					
Nome :						
CARGO:						
RG. nº						
CPF.nº						
End. residencial:						
End.comercial:						
Fone						
residencial:						
Fone comercial:						
E-mail:						
	Jacareí, de de 2017.					

LUCIMAR PONCIANO LUIZ Presidente

CONTRATADA Representante

FIs 17/17

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE/SP CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI
CNPJ nº: 50.437.516/0001-76
Contratada:
CNPJ nº:
Contrato n°: Pregão nº 10/2017
Data da assinatura://
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e nternet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de ibras para programas ao vivo. Valor: R\$
Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sobas penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.
Jacareí, de de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente

FIs 01/01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 ANEXO X - DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL CONTRATO

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:							
Nome Fantasia:							
Ramo de atividade:							
Endereço:							
Bairro:							
Cidade/Estado:	Сер:						
	Inscrição Estadual:						
Inscrição Municipal:	Inscrição Municipal:						
Banco:	Agência:	•••••	c/c:				
Telefone: ()		Fax: (<u>)</u>					
Email:		Site:					
Contato:		Cargo:					
Celular: ()							
Nota Fiscal:							
Material: Sim () Não: ()							
DO DECDONGÁVEL DELA	ACCINIATUDA DO	CONTRATO					
DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO							
N.I.							
Cargo na empresa:							
Nacionalidade:							
Estado civil:							
Residência:							
RG/órgão expedidor:							
CPF:							
Fone							
Res.:			•••••				
o-mail·							

FIs 01/01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

ANEXO XI - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Caso haja interesse na participação na presente licitação, solicitamos o preenchimento da ficha abaixo e seu encaminhamento ao **Setor de Licitações da Câmara Municipal de Jacareí**, pelo *website* <u>www.jacarei.sp.leg.br</u>, para que possa receber eventuais alterações do Edital e demais informações que se fizerem necessárias.

EMPRESA		
(razão social completa)		
CNPJ		
ENDEREÇO		
(completo)		
TELEFONE		
FAX		
PESSOA PARA		
CONTATO		
E - MAIL		
№ do EDITAL	PREGÃO (PRESENCIAL) nº 10/	2017
RETIRADO	T REGAC (I RESERVIAL) II 10/	2017
TA:/		
No	ome	Assinatura

PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017 ANEXO XII - VALOR ESTIMADO

O valor médio apurado pela Câmara Municipal de Jacareí para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo, conforme especificação do Anexo II – Termo de Referência é de:

Item	Descrição	Valor	Valor
Itelli	Descrição	Mensal	Total (12 meses)
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção, captação e transmissão de imagens e sons, ao vivo e gravado, para TV Aberta, TV a cabo e Internet simultaneamente, sendo 600 horas mensais de serviços de produção de conteúdo e 1.400 horas mensais de serviços de vídeo produção técnica e disponibilização de tradutor de libras para programas ao vivo.	R\$ 160.000,00	R\$ 1.920.000,00